



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Viçosa
Auditoria Interna**

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT
EXERCÍCIO DE 2021**



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	2
2.1. Serviços de Auditoria	4
2.2. Capacitação dos Servidores	5
2.3. Monitoramento de Recomendações	6
2.4. Gestão e Melhoria Da Qualidade	6
2.5. Gestão Interna da UAIG	6
2.6. Reserva Técnica	7
3. RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PLANO	8
4. ORÇAMENTO OPERACIONAL	8
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	9

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RELAÇÃO ATUALIZADA DOS SERVIDORES DA AUDIN.....	2
TABELA 2: ATIVIDADES DE AUDITORIA - 2021	3
TABELA 3: SERVIÇOS DE AUDITORIA – 2021.....	4
TABELA 4: AÇÕES DE CAPACITAÇÃO - 2021	5

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa (Audin) apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) - exercício 2021 - em atendimento ao Capítulo II da Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018 da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), tendo como objetivo definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano, seguindo os princípios orientadores: autonomia técnica, objetividade e harmonização com as estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada.

Conforme o artigo 6º da IN nº 09/2018, a proposta de PAINT e suas eventuais alterações devem ser encaminhadas à CGU para avaliação, com vistas a harmonizar e racionalizar os trabalhos de auditoria no âmbito do Poder Executivo Federal. Contudo, para o exercício de 2021, ocorreram mudanças significativas na forma de envio do PAINT à CGU, onde a tramitação do plano ocorrerá exclusivamente por meio da plataforma eletrônica *E-Aud*, sistema desenvolvido pela própria Controladoria.

Anteriormente ao PAINT 2021, cabia a Unidade de Auditoria Interna enviar o plano, em formato de relatório, fisicamente ou por e-mail, à CGU. Com o *E-Aud* a CGU deixou de exigir a remessa de um documento, requisitando tão somente dados em campos padronizados no sistema ou por meio de modelo de planilha eletrônica, no caso, a **Planilha de Serviços de Auditoria (Anexo I)**.

Nesse novo modal, a CGU recebeu o documento da UFV em 30.11.2020, no prazo estabelecido pelo aviso inserido no próprio *E-aud*, tendo se manifestado posteriormente, em atendimento ao artigo 7º da IN CGU nº 09/2018, pela conformidade do plano apresentado pela Audin, emitindo parecer favorável ao seguimento do mesmo, conforme **Anexo II**.

Não obstante, a Audin decidiu manter o documento em formato de relatório resumido para fins de apresentação ao Conselho Universitário (Consu) e para o público em geral, como mecanismo de transparência de suas ações. Nesse sentido, o presente documento contém todas as informações prestadas à CGU, adicionado os detalhes necessários à compreensão dos trabalhos propostos.

2. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Para estimar a quantidade e o escopo das atividades relacionadas ao órgão de auditoria na execução do plano calculou-se a capacidade total da força de trabalho alocada na Audin e, com base nessa mensuração, definiu-se os processos (serviços de auditoria) prioritários de trabalho na seguinte ordenação:

1. Trabalhos decorrentes de obrigação legal, que por sua própria natureza devem ser executados;
2. Trabalhos de avaliação, baseados em risco, como atividade intrínseca no fornecimento de opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria;
3. Trabalhos de consultoria, baseados em risco, abordando assuntos estratégicos da gestão, como os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos;

Conforme o artigo 8º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17/2020 do Consu, a Audin é formada pelo Auditor-Chefe, Secretaria de Expediente e Equipe Técnica, esta com atuação descentralizada nos 3 *campi* da Instituição, totalizando atualmente 9 (nove) servidores, conforme tabela a seguir:

Nome	Cargo	Composição
Aline Xisto Rodrigues	Administradora	Equipe Técnica
Artur de Assis Rangel Crespo	Auditor	Equipe Técnica
Érica Monteiro Andrade Barreto	Auxiliar em Administração	Secretaria de Expediente
Flávia dos Reis Arruda	Auditor	Equipe Técnica
Laís Silva Dias	Auditor	Equipe Técnica
Luís Otávio Pacheco	Auditor	Equipe Técnica
Maria Olímpia dos Santos Silva	Administradora	Equipe Técnica
Mateus Henrique de Castro Dias	Contador	Auditor-Chefe
Paula Carolina Santos Lopes	Administradora	Equipe Técnica

Tabela 1: Relação atualizada dos servidores da Audin

Para a elaboração do PAINT 2021 levou-se em consideração a disposição desta força de trabalho em homens-hora (HH), como requerido pela CGU no ambiente do *E-Aud*, descontando-se o período de férias (30 dias) para a distribuição das atividades descritas na IN nº 09/2018, por meio da seguinte fórmula:

$$HH = QS \times JD \times DM \times 11$$

Onde,

QS: Quantidade de servidores

JD: Jornada de trabalho por dia

DM: Dias úteis no mês

Pela aplicação da formula chega-se a um total de 17.424 homens-hora (HH = 9 X 8 X 22 X 11 = 17.424) nos 11 meses disponíveis da força de trabalho.

Após o dimensionamento da força de trabalho realizou-se a seguinte distribuição entre as atividades de auditoria, considerando a IN 09/2018 e o padrão disposto no E-Aud:

Tipo de atividade	HH previsto
Serviços de Auditoria	12.168
Capacitação dos Servidores	540
Monitoramento de Recomendações	2.250
Gestão e Melhoria da Qualidade	594
Gestão Interna da UAIG	1.548
Reserva Técnica	324
Total	17.424

Tabela 2: Atividades de Auditoria - 2021

Tendo isso em vista, detalharemos a seguir as motivações para a proposição destas atividades.

2.1. Serviços de Auditoria

Na elaboração do PAINT, a Audin considerou a matriz de risco relevantes, **Anexo III**, elaborada pela Gestão, com apoio da própria Audin, em serviço de consultoria voltado ao desenvolvimento da gestão de riscos na UFV, por meio do processo SEI 23114.911590/2020-78, junto à Diretoria de Governança Institucional (DGI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO)

Foram adicionados aos processos definidos na matriz de riscos os trabalhos oriundos de obrigações legais e determinações do TCU, que resultaram na relação dos Serviços de Auditoria a seguir:

Objeto	Origem	Objetivo
Processo de Prestação de Contas	Obrigação Legal	Verificar a adequação do processo de prestação de contas da UFV em relação às mudanças normativas ocorridas no procedimento
Política e Gestão de Riscos	Solicitação da Gestão	Facilitação para disseminar a cultura de gestão de riscos na UFV, auxiliando a Gestão no estabelecimento da política e do plano de gerenciamento de riscos
Gestão de Transportes	Solicitação da Gestão	Facilitação e assessoramento para o desenvolvimento da governança, gestão de riscos e aprimoramento dos controles internos adotados no processo de Gestão de Transporte Institucional
Fundações de Apoio	Acórdão 1.178/2018 TCU - Plenário	Avaliar a Transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento com as fundações de apoio
Extensão Universitária	Avaliação de Riscos	Avaliação da governança, gestão de riscos e controles internos do processo de Extensão Universitária
Pós graduação	Avaliação de Riscos	Avaliação da governança, gestão de riscos e controles internos do processo de Pós Graduação
Procedimento de banco de horas	Acórdão 6.445/2019 TCU - 2ª Câmara	Avaliar o Procedimento de banco de horas na UFV, conforme os parâmetros contidos na determinação do TCU – acórdão 6.445/2019
Restaurantes Universitários	Acórdão 6.445/2019 TCU - 2ª Câmara	Avaliar a gestão e os controles adotados nos Restaurantes Universitários, conforme os parâmetros contidos na determinação do TCU – acórdão 6.445/2019

Tabela 3: Serviços de Auditoria – 2021

2.2. Capacitação dos Servidores

Considerando o artigo 5º da IN nº 09/2018, que prevê a obrigatoriedade de realizar no mínimo 40 horas de capacitação, a Audin pretende ir um pouco além, prevendo um mínimo de 60 horas de capacitação, incluindo a Chefia, perfazendo 540 horas de capacitação.

Em função da pandemia da Covid-19 os cursos presenciais estão suspensos, de modo que as capacitações deverão ser realizadas na modalidade educação à distância (EAD) ou pelo menos até que as condições sanitárias permitam algum tipo de capacitação presencial.

Dessa forma, os servidores participarão de eventos de capacitação em que haja consonância com atividades de auditoria de acordo com o seu caráter multidisciplinar e atuação profissional:

Curso	Justificativa	Quantidade de servidores	Total de horas
FONAITEC – 2021 – Capacitação Técnica das Auditorias Internas do MEC	Atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos à atividade de auditoria interna governamental	8	160
Encontro Nacional De Controle Interno (CONACI)	Atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos às atividades de auditoria e controle interno	8	96
Cursos/Eventos de Capacitação promovidos por escolas de Governo	Promover a capacitação dos servidores para melhorar o desempenho de suas atividades	9	284

Tabela 4: Ações de capacitação - 2021

2.3. Monitoramento de Recomendações

Em função da suspensão das atividades presenciais, por meio da Portaria nº 201/2020, de 21/03/2020/RTR, indicando o trabalho remoto por tempo indeterminado na UFV, os trabalhos de avaliação e monitoramento realizados até aquela ocasião não puderam ser finalizados. Entretanto, com a migração dos processos de auditoria para o ambiente virtual (Sistema Eletrônico de Informações – SEI), essa atividade deverá ser fortemente retomada no exercício de 2021, com o objetivo de concretizar as recomendações pendentes junto à Gestão.

Apesar de possuir sistemática própria para o monitoramento de suas recomendações, a Auditoria Interna da UFV pretende adotar o sistema *E-Aud* da Controladoria Geral da União, a partir de 2021.

2.4. Gestão e Melhoria Da Qualidade

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), instituído por meio da Resolução Consu nº 18/2019, de 16/12/2019, também foi afetado pela suspensão das atividades presenciais no ano de 2020, de modo que, para o exercício de 2021, será necessária uma maior dedicação ao Programa, possibilitada pela migração dos processos para o ambiente virtual.

Tendo como base o referencial disponibilizado pela Controladoria Geral de União, pretende-se implementar ao longo do exercício de 2021:

- Indicadores gerenciais;
- Pesquisa de percepção da alta gestão sobre a atividade de auditoria interna;
- Questionário de avaliação do trabalho de auditoria pelos gestores;
- Questionário de avaliação do trabalho de auditoria pelos auditores;
- *Check-list* de avaliação interna periódica de qualidade.

2.5. Gestão Interna da UAIG

Diversas são as atividades de gestão de unidade de auditoria interna, que vão desde a rotina de controle das tarefas desenvolvidas pelos servidores, suprimento de

materiais de uso/consumo até a supervisão dos trabalhos realizados pelas equipes de auditoria.

No exercício de 2021, pretende-se concretizar as seguintes ações de melhoria:

- Proporcionar um renovado ambiente de trabalho, com a conclusão da reforma do espaço físico da Audin;
- Aprovar o Código de Ética para os servidores da Audin;
- Adotar o planejamento estratégico de longo prazo, por meio do Plano de Negócios, conforme previsto no Regimento Interno;
- Concluir o mapeamento de processos de auditoria;
- Publicar o manual de atividades de auditoria, contendo a padronização de rotinas e documentos.

2.6. Reserva Técnica

Considerando o histórico recente da Unidade de Auditoria Interna, estima-se um total de 324 horas de trabalho para o tratamento de demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT.

Tais demandas geralmente se dão por meio de reuniões esporádicas, conduzidas pela alta administração (Reitoria, Vice-Reitoria ou Pró-Reitorias), com a presença de gestores dos órgãos técnico-administrativos da instituição. Essas reuniões, de caráter pontual, objetivam examinar casos específicos bem como a tomada de decisão, ora de natureza preventiva ou corretiva, a fim de nortear os procedimentos dos gestores no tocante à consecução de ações de curto/curtíssimo prazo. Nesse sentido, a unidade de Auditoria Interna busca contribuir proferindo orientações técnicas, respaldada em jurisprudências do TCU, subsidiando a tomada de decisão dos gestores. Poderão ocorrer também demandas oriundas do TCU e da CGU nas quais a Auditoria Interna poderá cooperar tecnicamente.

3. RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PLANO

Os principais riscos identificados pela Equipe de Auditoria na execução do Plano são:

- Indisponibilidade de recursos financeiros para capacitação da equipe de auditoria interna;
- Limitação técnica da equipe de auditoria interna;
- Ausência de entendimento adequado, por parte dos gestores, quanto à importância dos trabalhos da auditoria interna;
- Não implementação ou implementação parcial das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, sem justificativa aceitável;
- Dificuldades na comunicação e interpretação, por parte da Unidade Auditada, das recomendações emitidas pela auditoria interna;
- Manutenção da suspensão das atividades presenciais.

4. ORÇAMENTO OPERACIONAL

Conforme consta em seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), a Audin adotou a Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público - IA-CM – desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), para identificação dos elementos necessários ao estabelecimento de uma atividade de auditoria interna efetiva.

Um dos requisitos do IA-CM é o estabelecimento de um Orçamento Operacional para Unidade de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração (KPA 2.7). No caso da UFV, tal previsão encontra-se amparada no artigo 17, Inciso IV, do Regimento Interno da Audin.

Contudo, nesse primeiro momento, optou-se por tratar do tema junto à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO), processo SEI nº 23114.903273/2021-69, de modo a definir os critérios para melhor alocação dos recursos orçamentários disponíveis, visando estabelecer uma política para o Orçamento Operacional da Audin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. **Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal**. Disponível em: <
http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoesnormativas/in_cgu_03_2017.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

_____. Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018. **Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e sobre o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-9-de-9-de-outubro-de-2018.pdf>>. Acesso em 10 nov 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Conselho Universitário. **Resolução nº 18/2019, de 16 de dezembro de 2019**. Institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2019.

_____. Reitoria. **Portaria nº 201/2020, de 23 de março de 2020**. Considera as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, dispostas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e dá outras providências. Viçosa, MG, 2020.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 17/2020, de 17 de dezembro de 2020**. Aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2020.

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Serviços de Auditoria Previstos

UAIG: Universidade Federal de Viçosa
Exercício: 2021

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	HH	Observações/Justificativas
1	Outros	Processo de Prestação de Contas	Verificar a adequação do processo de prestação de contas da UFV em relação às mudanças normativas ocorridas no procedimento	Obrigaçao Legal	01/01	31/03	987	
2	Consultoria	Política e Gestão de Riscos	Facilitação para disseminar a cultura de gestão de riscos na UFV, auxiliando a Gestão no estabelecimento da política e do plano de gerenciamento de riscos	Solicitação da Gestão	01/02	30/09	2631	
3	Consultoria	Gestão de Transportes	Facilitação e assessoramento para o desenvolvimento da governança, gestão de riscos e aprimoramento dos controles internos adotados no processo de Gestão de Transporte Institucional	Solicitação da Gestão	01/02	30/09	2631	
4	Avaliação	Fundações de Apoio	Avaliar a Transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento com as fundações de apoio	Outros	01/04	30/6	987	Acórdão 1.178/2018 TCU - Plenário
5	Avaliação	Extensão Universitária	Avaliação da governança, gestão de riscos e controles internos do processo de Extensão Universitária	Avaliação de Riscos	01/04	30/6	987	
6	Avaliação	Pós graduação	Avaliação da governança, gestão de riscos e controles internos do processo de Pós Graduação	Avaliação de Riscos	01/07	30/9	987	
7	Avaliação	Procedimento de banco de horas	Avaliar o Procedimento de banco de horas na UFV, conforme os parâmetros contidos na determinação do TCU	Outros	01/08	31/12	1644	Acórdão 6.445/2019 TCU - 2ª Câmara
8	Avaliação	Restaurantes Universitários	Avaliar a gestão e os controles adotados nos Restaurantes Universitários, conforme os parâmetros contidos na determinação do TCU	Outros	01/09	31/12	1314	Acórdão 6.445/2019 TCU - 2ª Câmara

ANEXO II

Supervisão Técnica - Avaliação PAINT - CGESUP/DIV-MG

UAIG: Aditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa

Período da Avaliação: 07 a 10 dez 2020

		Avaliado por:	
Itens de avaliação		Avaliação	Observações/Evidências
Composição dos serviços de auditoria a serem realizados no período objeto do plano	Foram definidos os trabalhos e serviços de auditoria prioritários?	Adequado	Foram definidos os trabalhos referentes à gestão de riscos, fundações de apoio, extensão universitária, pós-graduação e restaurantes universitários.
	Foram identificados os trabalhos e serviços de auditoria a serem realizados pela UAIG em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração ou por outros motivos que não a avaliação de riscos, sendo razoavelmente justificados nos dois últimos casos?	Adequado	Há previsão de trabalhos e serviços de auditoria em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração e por avaliação de riscos.
	Foram identificados os trabalhos e serviços de auditoria que foram selecionados com base em avaliação de riscos?	Adequado	Foi enviada a matriz de avaliação de riscos pela universidade.
	A alocação de horas para atividades de capacitação é adequada em função do número de auditores da UAIG e o requisito mínimo de 40 horas anuais para cada auditor interno governamental, incluindo o responsável pela UAIG?	Adequado	Há alocação de 540 horas para atividades de capacitação.
	Houve alocação de horas em nível adequado para a atividade de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela organização?	Adequado	Há alocação de 2.250 horas para a atividade de monitoramento das recomendações emitidas.
	Houve alocação de horas em nível adequado para as atividades de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental?	Adequado	Há alocação de 2.142 horas para as atividades de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental.
Requisitos adicionais da composição do PAINT	Houve previsão de reserva técnica para o tratamento de demandas extraordinárias ou a indicação das premissas para seu tratamento?	Adequado	Há previsão 324 horas para reserva técnica.
	Houve exposição, sempre que possível, das premissas, restrições e riscos associados à execução do Plano de Auditoria Interna?	Adequado	Ausência de disponibilidade de recursos financeiros para capacitação da equipe de auditoria interna. Limitação técnica da equipe de auditoria interna. Ausência de entendimento adequado, por parte dos gestores, quanto à importância dos trabalhos da auditoria interna. Não implementação ou implementação parcial das recomendações emitidas pela Auditoria Interna. Dificuldades de comunicação e interpretação, por parte da Unidade Auditada, das recomendações emitidas pela auditoria interna.
	Foi informada a metodologia utilizada para seleção dos trabalhos de auditoria com base na avaliação de riscos?	Adequado	Avaliação de riscos pela Unidade Auditada
Trâmite do PAINT ao órgão supervisor	A proposta de PAINT das Audin foi encaminhada à unidade de supervisão técnica até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução?	Adequado	30/11/2020 - em face da pandemia Covid-19 e das recentes alterações no processo de supervisão técnica das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, o prazo de encaminhamento do PAINT Preliminar/2021 foi prorrogado para 30/11/2020.
Alinhamento do PAINT com as estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada	O PAINT está alinhado com o planejamento estratégico, as expectativas da alta administração e partes interessadas, aos riscos significativos e aos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles da Unidade Auditada?	Adequado	O PAINT está alinhado com o planejamento estratégico, as expectativas da gestão, aos riscos significativos e controles da Unidade Auditada.
Avaliação do PAINT pela Unidade de Supervisão Técnica		Avaliação	Encaminhamentos
Foram identificadas oportunidades de melhoria no planejamento da UAIG que demandem inclusão ou exclusão de trabalhos no PAINT sob supervisão?		Não Avaliado	
Apropriação de informação do PAINT pela Unidade de Supervisão Técnica		Avaliação	Encaminhamentos
Há duplicidade de trabalhos previstos no PAINT da UAIG em relação ao planejamento da Unidade de Supervisão Técnica?		Não Avaliado	
Há oportunidade de coordenação e/ou execução compartilhada de trabalhos com a UAIG sob supervisão?		Não Avaliado	
É recomendável a inclusão ou a exclusão de serviços de auditoria no planejamento da Unidade de Supervisão Técnica em função do PAINT sob supervisão?		Não Avaliado	

ANEXO III

Macroprocessos	Processos	Score	Descrição do risco	Evento	Causa	Consequência/ Impacto	Ações de Tratamento de Riscos	Probabilidade de Ocorrência do Risco	Impacto do Risco
Ensino	Processo seletivo e matrícula – Ingresso na Graduação	4	Problemas na realização do ENEM	Não realização ou atraso na realização do ENEM	Mudança no cenário político. Fraude no processo.	Atraso na matrícula, alteração no calendário acadêmico, vagas ociosas	Acesso às vagas por outras formas de ingresso	Baixa	Alto
			Ingresso na graduação não compatível ao programa de reserva de vagas	Desligamento do ingressante regular	Subjetividade da legislação; Ausência de informações de outras bases que permitam a validação; falta de critérios de avaliação definidos e divulgados para a equipe de matrícula; Fraude na documentação	Recursos administrativos e/ou judiciais que poderão gerar vagas ociosas	Capacitação da equipe de matrícula e das Comissões de verificação dos documentos	Baixa	Baixo
	Processo seletivo e matrícula – Ingresso no Ensino Médio e Técnico	5	Problemas na formulação e aplicação do exame de seleção	O processo seletivo elaborado pela própria instituição	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados Nepotismo Conflito de interesses Pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público Solicitação ou recebimento de vantagem indevida - falta de transparência	Processo seletivo inidoneo; Recursos Judiciais	Aumento do controle e fiscalização do processo; Maior publicidade das etapas do processo seletivo	Média	Médio
			Ingresso não compatível ao programa de reserva de vaga	Desligamento do ingressante regular	Subjetividade da legislação; Ausência de informações de outras bases que permitam a validação; falta de critérios de avaliação definidos e divulgados para a equipe de matrícula; Fraude na documentação	Recursos administrativos e/ou judiciais que poderão gerar vagas ociosas	Capacitação da equipe de matrícula e das Comissões de verificação dos documentos	Baixa	Baixo
	Monitoramento da trajetória acadêmica dos discentes e formatura	6	Não conclusão do curso pelo discente	Evasão dos discentes; Dados insuficientes para construção de indicadores	Monitoramento acadêmico ineficiente	Alteração na classificação dos cursos; vagas ociosas; redução orçamentária	Criação de sistema para monitoramento contínuo dos dados acadêmicos; Capacitação dos Docentes	Média	Alto
Administração	Manutenção das edificações e infraestrutura do campus	6	Ausência de manutenção adequada das edificações e estruturas do campus	Edificações inadequadas ao uso à que se destinam. Vias de acesso à veículos e pedestres insuficientes ou inadequadas.	Falta de planejamento das ações de manutenção. Sistema de controle das ordens de serviços obsoleto. Falta de capacitação da equipe técnica. Restrição orçamentária.	Degradação das edificações e da infraestrutura.	Planejamento das ações. Implantação de sistema informatizado. Capacitação.	Média	Alto
	Projetos e Obras	9	Uso indevido das edificações	Sobrecarga do sistema elétrico, Esgotamento hidrossanitário indevido, incêndios	Usuários utilizam os locais de forma inadequada; Instalação de equipamentos acima da capacidade da rede elétrica; Não observância aos projetos aprovados	Segurança dos usuários comprometida; Dano ao patrimônio público	Concientização dos usuários; Controles de uso dos equipamentos; Avaliação periódica das edificações;Atualização das normas de uso	Média	Alto
			Elaboração de projetos de obras e serviços de engenharia e Orçamentoção sem a observância das normas legais	Obras e serviços de engenharia inadequados aos fins que se destinam	Falta de capacitação do corpo técnico. Inobservância às normas legais.	Contratação/execução de obras e serviços de engenharia inadequados. Dano ao erário. Insegurança a integridade institucional.	Capacitação.Observância às legislações pertinentes	Baixa	Alto
	Segurança Patrimonial e Comunitária	3	Ausência de vigilância permanente.	Comprometimento da segurança da instituição e dos usuários.	Descontinuidade da prestação do serviço contratado. Quantidade insuficiente de câmeras instaladas ou falta de manutenção	Aumento dos eventos de roubos, furtos e insegurança.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato.	Baixa	Alto
	Transporte	9	Veículos não rastreados.	Ausência ou falha no rastreamento veicular.	Falha na execução do contrato ou obsolescência do equipamento. Falta de manutenção veicular.	Dificuldade em apurar as informações de deslocamento, condutor e relatório de viagem. Dano ao erário.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato.	Baixa	Alto
			Ineficiência na gestão da frota e controle das viagens	Falta de veículos para atendimento da demanda.	Falta de planejamento. Ineficiência do sistema de gestão. Parâmetros insuficientes nas cláusulas contratuais.	Dano ao erário. Desabastecimento da frota. Ineficiência no atendimento da demanda institucional.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato. Sistema de gestão.	Média	Alto
	Meio Ambiente	15	Análise das condições das árvores realizada de forma insuficiente	Queda de galhos e árvores	Idade das árvores. ataques de animais xelófagos; intempéries; Falta de constância da manutenção; Quadro de servidores insuficiente	Risco aos transeuntes; aos veículos; às edificações; Entupimento das tubulações pluviais;	Capacitação das equipes; Planejamento das ações; Aumento do quantitativo de servidores;	Média	Alto
			Captação insuficiente de água.	Desabastecimento de água	Fornecimento de água subdimensionado para atendimento a demanda. Falha no sistema operacional do fornecimento. Infraestrutura inadequada. Redução do índice pluviométrico.	Falta de abastecimento de água no campus, prejuízo das atividades administrativas e acadêmicas	Investimento em infraestrutura, planejamento e parcerias com órgãos municipais	Alta	Alto
Assuntos Comunitários	Serviços de assistência ao estudante	27	Política de redução de servidores dedicados à gestão do serviço de moradia estudantil	Falta de servidores para a gestão eficiente do serviço de moradia estudantil	Restrição orçamentária, política interna não prioriza ações voltadas às moradias estudantis	Uso indevido dos moradias estudantis e falta de manutenção das edificações. Falta de fiscalização que leva ao uso irregular das moradias estudantis; Insegurança de aproximadamente 1.300 residentes das moradias	Planejamento das contratações de mão de obra para ampliação do quadro dedicado à moradia ; Ampliação do diálogo institucional	Alta	Alto
			Gestão descentralizada dos Recursos do PNAES	Gestão do recurso PNAES desvinculada da gestão da assistência estudantil	Recursos em quantitativo menor que o necessário para as ações de assistência estudantil, a gestão descentralizada dos recursos entre diferentes Pró-Reitorias; vários sistemas para gerenciar a prestação de contas desse recurso. Falta de autonomia e ações participativas na gestão dos recursos.	Inconsistência na prestação de contas; possível uso indevido do recurso PNAES. Impacto negativo na prestação dos serviços de assistência estudantil. Possibilidade de comprometimento do repasse de recursos orçamentários futuros.	Gerenciamento informatizado consolidado. Centralização e autonomia do processo de gestão orçamentária do PNAES. Orçamento participativo dos recursos do PNAES.	Alta	Alto
			Avaliação Socioeconômica não contínua	Desenquadramento dos beneficiários dos serviços para a concessão.	Procedimentos de concessão e enquadramento econômico social não condizem com os critérios estabelecidos. As informações dos estudantes estão desatualizadas junto a pró-reitoria. Controle interno pouco efetivo. Número limitado de servidores na pró-reitoria	Dano ao erário, gasto público não racional, dano a imagem da UFV, perda da confiança dos usuários na lisura dos serviços prestados pela pró-reitoria. Não permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculado na UFV.	Criação de equipe multidisciplinar para análise de dados. Melhorar os controles internos desse processo e estimular nos estudantes a cultura do controle social do gasto público.	Alta	Alto
	Promoção da saúde e qualidade de vida à comunidade universitária	9	Falta de atendimento médico e psicossocial à comunidade universitária.	Capacidade limitada de atendimento aos serviços de saúde e atenção psicossocial.	Quadro de servidores com quantitvo insufiente. Restrição orçamentária. Infraestrutura inadequada nos campi	Aumento de doenças, absenteísmos e afastamento de servidores. Sobrecarga do serviço público de saúde dos municípios. Evasão dos discentes em função de problemas de saúde. Retenção escolar e aumento nos casos de suicídios.	Contratação de novos servidores. Melhoria nas condições de infraestrutura e distribuição de insumos. A construção de infraestrutura apropriada à demanda de serviços prestados nos campi	Alta	Alto
	Alimentação Estudantil. (RU)	15	Qualidade da água disponível para consumo humano.	Má qualidade da água	Manutenção inexistente ou inadequada dos bebedouros	Exposição da comunidade às doenças transmitidas pela água;	Manutenção periódica dos bebedouros com filtro	Alta	Alto
			Não fornecimento da alimentação com qualidade, higiênico-sanitária e saudável	Comunidade acadêmica não atendida com alimentação saudável e de qualidade.	Ineficiência na fiscalização do contrato e na inspeção da vigilância sanitária, descentralização das ações das pró-reitorias e falta da autonomia na pró-reitoria PCD no uso do recurso do PNAES	Má qualidade dos serviços contratados, dano a saúde da comunidade universitária.	Melhorar o planejamento e a fiscalização dos contratos dos restaurantes universitários, lanchonetes e demais restaurantes. Treinamentos para os fiscais e gestores do contrato. A pró-reitoria PCD obter autonomia no uso do recurso do PNAES. Ampliação do quadro de servidores e terceirizados	Média	Alto
	Gestão TAE	7	Irregularidades ou impropriedades no concurso público	Atraso na realização do concurso publico e contratação	Falta de planejamento; ausência de definição de procedimentos, má fé de agente público, despreparo da equipe	Dano a integridade e ao erário; morosidade na reposição de vagas ociosas; ações judicias e mandados de segurança; dano a imagem	Planejamento anual de contratação; capacitação da equipe. Equipe própria para realização do concurso	Baixa	Alto
			Lotação inadequada	Inadequação do perfil do servidor.	Falta de treinamento; falta de planejamento de lotação do servidor, reposições automáticas impossibilitando a análise do perfil do candidato	Remoção interna frequente; prejuizo dos serviços prestatos.	Análise curricular; capacitação; planejamento e Matriz de distribuição	Média	Médio
		9	Acumulação indevida de cargos	Não cumprimento da jornada de trabalho	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados; Conflito de interesses. Má fé de agente público; Mudança na legislação	Dano ao erário; má qualidade do serviço público	Melhoria contínua dos controles; Instauração de processos administrativos disciplinar.	Baixa	Baixo
			Desvio de função	Servidor exercendo função diferente do cargo concursado.	Convivência das chefias; Cultura organizacional; Falta de planejamento	Passivo trabalhista, dano ao erário e à integridade da instituição	Mudança da cultura organizacional; Planejamento; Melhorias nos controles	Média	Médio
			Não cumprimento da jornada de trabalho integral do servidor - controle de frequência	Ausência do servidor no seu horário de trabalho.	Falta de controle de frequência da chefia imediata; má fé ou conduta antiética de agente público	Não compensação de horas devidas, dano ao erário; má qualidade do serviço público.	Compensação de horas não trabalhadas; Penalidades, capacitação continua de chefias	Média	Médio

Gestão de Pessoas	Gestão docente	1	Quebra de dedicação exclusiva	Docente em regime de dedicação exclusiva envolvido em trabalhos/projetos externos a instituição	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados; Conflito de interesses; má fé do agente público; desinformação/desconhecimento da legislação pertinente; falta de controle de frequência do docente.	Dano ao erário, ilegalidade	Cruzamento de dados; Controle de frequência; Penalidades.	Baixa	Baixo
	Estágio Probatório	1	Ineficiência na avaliação de servidor em estágio probatório	Efetivação ou exoneração indevida de servidor; Atraso nas etapas de avaliação.	Fragilidade na avaliação; falta de planejamento e acompanhamento dos órgãos envolvidos; Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;	Estabilidade de "servidor-problema"; Processo administrativo para efetivação de servidor mal avaliado	Capacitação da comissão de estágio probatório; Controle dos processos por meio de sistema próprio de estágio probatório.	Baixa	Baixo
	Pagamento de servidores	6	Pagamentos sem respaldo legal	Pagamento de remuneração e verba indenizatória indevidamente.	Fragilidade no controle e fiscalização; descumprimento da legislação; má fé do agente público; equívoco no cálculo de remuneração e benefícios, mudança na legislação.	Dano ao erário; oneração da folha de pagamento	Capacitação; segregação de função.	Média	Alto
	Capacitação	2	Não conclusão de capacitação realizada com licença remunerada	Não qualificação do servidor	Exiguidade do tempo de licença, fator superviniente ou má fé	Dano ao erário	Prestação de contas; Acompanhamento do servidor;	Baixa	Médio
	Avaliação de Desempenho	9	Ineficiência na avaliação anual de servidor técnico-administrativo	Concessão automática de progressão	Fragilidade na avaliação; falta de planejamento e acompanhamento dos órgãos envolvidos; Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;	Dano ao erário	Treinamento contínuo das chefias; estabelecimento de metas	Alta	Alto
	Absenteísmo	6	Ausência do servidor no local de trabalho	Licença médica, falta injustificada	Problemas de relacionamento interpessoal, problemas ergonômicos, problemas pessoais, desmotivação	Sobrecarga de trabalho; Dano ao serviço prestado.	Treinamento contínuo das chefias, adaptação da estrutura do local de trabalho	Média	Alto
Pesquisa e Pós-Graduação	Pós Graduação	27	Problemas na formulação e aplicação do exame de seleção.	Atraso na seleção e ingresso. Recrutamento de discente inadequado	Processo inadequado de seleção e subjetividade de editais.	Selecionar indevidamente discentes para o programa de pós graduação.	Otimização e padronização dos processos de seleção.	Média	Alto
			Ineficiência na gestão orçamentária-financeira dos PPG's	Escassez e má distribuição dos recursos	Falta de capacitação administrativa, secretarias e coordenações dos programas	Má utilização dos recursos	Capacitação administrativa.	Alta	Alto
			Ineficiência na gestão, controle e transparência do programa.	Má gestão, comprometendo o recrutamento, fluxo discente, tempo médio de titulação		Má gestão dos programas		Alta	Alto
			Ineficiência na gestão do programa de bolsas.	Distribuição insatisfatória de bolsas.	Negligência por parte dos envolvidos na seleção dos bolsistas; acúmulo de bolsas.	Falta de atratividade e redução da qualidade dos programas.	Aprimorar o sistema de distribuição e acompanhamento da concessão das bolsas.	Baixa	Alto
	Pesquisa	18	Dependência da captação de recursos públicos	Comprometimento de recursos financeiros para pesquisa	Restrição orçamentária. Maior acessibilidade aos recursos públicos em detrimento à outras fontes. Burocracia nos processos internos para captação de recursos privados	Redução do número de ingressantes, descontinuidade na pesquisa.	Aumentar e diversificar as fontes de captação de recursos. Desburocratização e agilização dos processos relacionados aos convênios em nível institucional. Capacitação dos docentes	Alta	Alto
			Baixa de qualidade técnico-científica	Comprometimento da produção e difusão do conhecimento.	Deficiência de captação de recursos e de quadro profissional (docente)	Baixar a capacidade de captação de recursos. Queda de credibilidade e recrutamento discente, docente e de servidores	Melhorias nos sistemas de seleção de candidatos, aprimoramento em sintonia com as necessidades institucionais	Alta	Alto
Extensão e Cultura	Extensão	27	Incapacidade de atendimento da demanda por Programas, Projeto e Ações de Extensão	Obrigatoriedade de Curricularização da Extensão Universitária; as atividades de extensão deverão corresponder à no mínimo de 10% da matriz curricular dos cursos de graduação	Promulgação da Lei nº 13.005/2014, cujo prazo para entrada em vigor se encerra no final do exercício 2021	Ampliação da demanda por atividades de extensão na UFV.	Ampliação das ações de articulação conjunta com a PRE; ampliação dos programas de extensão para atendimento da demanda.	Alta	Alto
			Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão das atividades	Incapacidade de avaliação das atividades realizadas, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas.	Dificuldades de emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta	Alto
			Ausência de Editais de fomento	Impossibilidade de realização das atividades de extensão	Baixa prioridade institucional do Poder Público voltada às atividades de extensão	Não desenvolvimento das atividades de extensão universitária; fragilidade da interação da universidade com a sociedade.	Busca de fontes alternativas de financiamento.	Alta	Alto
	Assuntos Culturais	18	Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão das atividades	Incapacidade de avaliação das atividades realizadas, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas;	Dificuldades de emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta	Alto
			Ausência de Editais de fomento	Impossibilidade de realização das atividades de arte e cultura	Baixa prioridade institucional do Poder Público voltada às atividades de arte e cultura	Não desenvolvimento das atividades de arte e cultura; fragilidade da interação da com a sociedade e com a comunidade universitária; falta de valorização do potencial artístico e cultural da comunidade universitária.	Busca de fontes alternativas de financiamento; Estimulo às atividades artísticas e culturais de baixo custo.	Alta	Alto
	Eventos	12	Possibilidade de ocorrências negativas nos espaços de eventos da UFV	Fragilidade da infraestrutura física dos espaços destinados aos eventos	Manutenção insuficiente; projetos arquitetônicos antigos.	Falta de segurança. Dano à integridade institucional.	Articulação com a PAD para adequação das estruturas destinadas aos eventos	Média	Alto
Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão de eventos			Dificuldade no agendamento e organização dos eventos; Incapacidade de avaliação dos eventos realizados, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados.	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas.	Dificuldades no registro de eventos, emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta	Médio	
Planejamento e Orçamento	Planejamento Estratégico	3	Não alcançar os Objetivos Institucionais	Pouco ou não monitoramento da execução do plano estratégico.	Falta de comprometimento dos gestores para o cumprimento dos plano estratégico; falta de definição do plano tático-operacional, que incluía ações específicas para o atingimento das Metas Estratégicas; ausência de definição de indicadores.	Comprometimento da missão institucional.	Sensibilizar os gestores sobre a importância do acompanhamento da execução e da avaliação dos planos tático-operacional e estratégico. Auxiliar os gestores na definição de indicadores. Acompanhar o desempenho dos gestores.	Baixa	Alto
	Gestão da Tecnologia da Informação	22	Fragilidades no Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI)	Atraso na execução dos projetos	Falta de recurso financeiro para execução de projetos	Queda na qualidade dos serviços de TI	Investimento em infraestrutura de tecnologia da informação; sensibilizar a alta administração sobre a importância dos projetos de TI	Média	Médio
			Fragilidade nos Serviços de TI	Soluções de TI incompatíveis com as necessidades da instituição	Mudança das necessidades de TI da instituição; elaboração de projetos sem efeitos positivos a instituição.	Alocação ineficaz de recursos de TI	Revisar as necessidades da instituição e atualizar plano de ação	Média	Alto
			Fragilidade nos Serviços de TI	Indisponibilidade de serviços de TI	Falha em equipamentos de TI	Atraso em atividades meio e fim que necessitem dos serviços de TI para sua execução	Investimento na renovação dos ativos de TI necessário para plena execução dos serviços de TI	Alta	Alto
			Fragilidade nos Serviços de TI	Ataques cibernéticos	Fragilidades na Segurança da Informação	Exposição de dados sensíveis, prejuízos à integridade e segurança institucionais e de toda a comunidade acadêmica/administrativa	Investimento em soluções de segurança da Informação	Baixa	Alto
	Orçamento	11	Falta de controle da execução orçamentária	Desconformidades na geração de informações gerenciais	Falta de alinhamento às normas de execução orçamentária estabelecidas e ausência e/ou inconsistências dos dados patrimoniais. Falta de interação dos Sistemas estruturantes.	Informações imprecisas, distorção na análises dos indicadores	Capacitação. Análise contínua da legislação. Atendimento aos preceitos legais e adoção de soluções de tecnologia da informação.	Média	Baixo
			Falta de controle da execução orçamentária	Inconsistências na classificação de recursos	Não atendimento à legislação pertinente e falta de interação dos Sistemas estruturantes	Desconformidades na prestação de contas. Responsabilização dos gestores perante órgãos de controle.		Média	Alto
			Falhas na construção da matriz orçamentária	Distribuição ineficaz dos recursos orçamentários	Falta de alinhamento à legislação e ausência/insuficiência de inserção das unidades na construção da matriz	Distorções na distribuição dos recursos; falha na execução orçamentária relacionadas aos Projeto/Atividade da Lei Orçamentária Anual.	Ação conjunta para análise e construção da matriz orçamentária efetiva	Baixa	Alto
Aquisições e Contratações	12	Inconsistências no Planejamento Anual de Contratações	Compras/contratações ineficientes;	Falta de coordenação das ações e/ou dimensionamento inadequado dos recursos orçamentários; falha nos estudos preliminares e formalização da demanda; falta de verificação do histórico de compras. Falhas nos processos de comunicação dos agentes envolvidos. Falta de treinamento dos agentes	Descumprimento de requisito legal. Não atendimento às demandas institucionais; Gasto de recursos públicos de forma inapropriada. Aumento indesejado dos processos licitatórios	Elaboração dos estudos técnicos preliminares observando à legislação pertinente e à quantificação/estimativas adequadas às necessidades; Capacitação permanente dos agentes	Média	Alto	

			Falhas na logística de materiais	Recebimento, armazenamento e distribuição de materiais inadequados	Falhas na identificação do objeto. Ausência de especificação detalhada no empenho. Ausência de informações sobre a unidade demandante. Falta de treinamento dos agentes envolvidos.	Materiais não recebidos pela unidade demandante em tempo hábil. Aumento dos custos de estocagem. Materiais recebido em desacordo com a aquisição.	Capacitação. Melhorias nos controles de recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais.	Média	Alto
	Governança	24	Inconsistências nas ações de gestão de Integridade	Plano de Gestão de Integridade ineficaz	Ineficiência no monitoramento das Ações	Dano a integridade. Não observância à base legal. Não identificação de risco para tomada de decisões	Atualização periódica do Plano de Integridade	Média	Alto
			Ausência de Plano de Gestão de Riscos	Inconsistências nas ações de gestão de Riscos	Não estabelecimento do apetite ao risco da instituição. Objetivos institucionais desatualizados.	Execução de ações de forma aleatoria.	Capacitação. Formalização do Plano de Gestão de Riscos.	Média	Alto
			Inconsistências nas ações de Transparência	Ausência de informações no sítio institucional em Menu de 1º Nível	Estruturação do site não comporta a inclusão de mais informações no Menu.	Descumprimento à legislação pertinente. Dificuldade de controle social pelo cidadão.	Aumento da capacidade do sistema de informação. Melhoria na comunicação e divulgação.	Média	Alto
			Falhas na execução contratual	Serviço contratado não prestado da maneira devida.	Despreparo dos servidores. Não cumprimento dos prazos. Falta de padronização nas ações de Gestão de Contratos. Estudo preliminar ineficaz.	Dano ao erário. Descumprimento das cláusulas contratuais. Ingerência.	Capacitação. Penalização	Média	Alto
			Falhas na execução dos Termos de Execução Descentralizados - TED´s	Falta de padronização das rotinas	Necessidade de adaptação das rotinas ao Decreto 10.426/2020; processos sem fluxo definido; tramitação de processos de forma manual.	Atraso no recebimento dos recursos e na celabração dos TED´s. Possibilidade de perda dos recursos. Problemas na prestação de contas.	Atendimento ao novo marco regulatório. Capacitação. Normatização interna e informatização dos fluxos processuais.	Média	Alto
Comissão Permanente do Pessoal Docente - CPPD	Política do pessoal docente na UFV	3	Impropriedades no concurso público para contratação docente	Contestação do resultado do concurso público	Subjetividade na análise dos critérios das etapas do concurso;	Dano ao erário; Atraso na reposição de vagas; Recursos administrativos; ações judiciais e mandados de segurança; Cancelamento do concurso público; Sobrecarga das atividades administrativas da CPPD.	Padronização do processo seletivo; Definição de critérios objetivos; Transparência	Baixa	Alto